

VERDADE E VERGONHA¹

Deusdedith Brasil (*)

A probidade do Governo Lula está condicionada à divulgação de todos os gastos com cartões de crédito pela internet. Quando estava em Paris, deu um pequeno passo, ao manifestar-se favorável à divulgação dos gastos dos cartões corporativos pela internet, e um grande recuo ao excetuar dessa transferência “as despesas com a sua segurança e a sua família”. Sem representar diretamente uma resposta à pretensão do presidente Lula de esconder, Fernando Henrique Cardoso o colocou numa saia justa. É que o ex-presidente defendeu a investigação de qualquer gasto com dinheiro público, inclusive aqueles concernentes de dispêndios das famílias dos ex-presidentes: “Vejo toda hora nos jornais que temos de preservar a família dos presidentes. Claro, deve-se preservar a intimidade das famílias, mas não os gastos das famílias se eles forem feitos com dinheiro público. Se alguém da minha família, não houve isso, mas tivesse usado a conta B, cartão corporativo, seja lá o que for, para comprar o que é pessoal ou indevido, não pode. É errado. E no meu tempo não me lembro que gasto com o Palácio fosse questão de segurança nacional. Se no encadeamento da investigação ficar claro que é necessário remontar o passando, que se cheque até o Deodoro da Fonseca. Isso dá impressão de que estamos escondendo alguma coisa. Esconder o quê? Se tiver ocorrido alguma coisa errada no meu governo, sou o primeiro a querer saber o que foi pra dizer que, infelizmente, houve isso e que não se deve fazer”. É inconcebível em um Estado Democrático de Direito, sempre vestido pelos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, além da necessária transparência, o presidente Lula não atender o anseio do povo de conhecer como a patota palaciana gasta o seu dinheirinho. A pretensão de esconder, sem qualquer dúvida, já gera uma grande suspeita que por si só já exige uma investigação completa. Os ministros Marco Aurélio e Celso Mello já se manifestaram no sentido de qualquer gasto com dinheiro público deve ter completa e perfeita transparência. O lulopetismo não pode desconhecer ou fazer vista grossa ao art. 70 da Constituição da República, segundo o qual “a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade,

¹ Sobre o artigo:

Artigo publicado no jornal “O Liberal”, na tiragem de 21.02.2008

O seu conteúdo é protegido pelas leis de direitos autorais

Publicado no site www.deusdedithbrasil.adv.br

economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder”. O parágrafo único dessa arremata “prestará contas qualquer pessoa física e jurídica , pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens ou valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta assuma obrigações de natureza pecuniária”. Como restringir investigação no uso de 11.500 cartões corporativos, especialmente os gastos estimados em R\$650 mil, em dois anos, para pagar despesas supostamente da primeira dama? Esperamos que o Supremo Tribunal Federal conceda o mandado de segurança impetrado pelo senador Artur Virgílio para assegurar a todos os brasileiros o direito livre acesso a gastança do gabinete do presidencial para que, assim, a sociedade tenha conhecimento do nível de economicidade do lulopetismo. A prevalecer o esconderijo sob o eufemismo de gastos da segurança do presidente, não podemos, parodiando Gregório de Matos, em “Epílogos”, em 1690, deixar de firmar: “Verdade e Vergonha: Que mais falta neste país.... verdade; que mais falta por sua desonra honra; que mais que se lhe imponha... vergonha”.